

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU**

**BIÊNIO 2017-2019**

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de janeiro de dois mil e dezenove, no Auditório da Associação Comercial de Santos, sito à Rua XV de Novembro, 137, Centro, Santos, realizou-se a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), biênio 2017-2019. Estavam presentes as pessoas relacionadas na lista de presença anexa. Justificaram a ausência: Izabel Pereira, Associação Morada das Águas; Maira Correia, IAB; Norival Gonçalves, AEAS e Márcio Quedinho, AGEM. Dando início à ordem do dia, o Presidente, Sr. Júlio Eduardo dos Santos, consultou os membros do CMDU sobre a aprovação da ata da reunião anterior, previamente enviada por e-mail. Na ocasião, nenhum dos conselheiros presentes se manifestou a respeito de seu conteúdo e, assim, a princípio, a referida ata foi aprovada, após ter sido dispensada sua leitura. Na sequência, o Presidente do CMDU concedeu a palavra à Chefe do Departamento de Desenvolvimento Urbano – DEDURB/SEDURB, Sra. Eliana Mattar, que iniciou sua fala fazendo menção, primeiramente, ao quarto item da pauta, informando que se realizou apenas uma das reuniões da Comissão Especial de Legislação do CMDU prevista para este mês de janeiro, referente ao Plano de Mobilidade Urbana. Quanto à outra reunião da mencionada Comissão Especial, cujo assunto é a alteração da lei do Alegra Centro, a Sra. Eliana esclareceu que não foi realizada devido à ausência de quórum, e que o agendamento de uma próxima reunião será efetuado em tempo oportuno. A propósito, na sequência, a Sra. Eliana Mattar abordou o segundo e o terceiro itens da pauta, respectivamente sobre a informação e discussão relacionadas à alteração da Lei do Alegra Centro – LC 470/03 e sobre a informação e discussão relacionadas ao Plano de Mobilidade Urbana. Desse modo, a plenária tomou conhecimento do agendamento de duas audiências públicas sobre cada um dos assuntos, já publicadas no Diário Oficial: a primeira, sobre a alteração do Alegra Centro, marcada para o dia doze de fevereiro deste ano, a partir das dezoito horas e trinta minutos; e a segunda, sobre o Plano de Mobilidade Urbana, a ser realizada no dia treze de fevereiro, também a partir das dezoito horas e trinta minutos, ambas no Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura de Santos, situado à Rua Pedro II, 25, térreo. A chefe do DEDURB lembrou que, no dia doze de fevereiro, será apresentada ao público a minuta do novo projeto de lei referente à reformulação do Alegra Centro - Programa de Revitalização e Desenvolvimento da Região Central Histórica de Santos, cuja Lei (470/2003) define os elementos que compõem a paisagem urbana, fixa normas, padrões e incentivos fiscais e abrange os bairros Valongo, Chinês, Centro, Paquetá, Porto Valongo, Porto Paquetá, Vila Nova e Vila Mathias. E, no dia 13, será apresentada minuta do Projeto de Lei referente ao Plano de Mobilidade Urbana, que é de caráter obrigatório para os municípios com população acima

de vinte mil habitantes e para os que precisam fazer Plano Diretor, caso de Santos. Na ocasião, a Sra. Eliana Mattar também ressaltou que, ainda neste mês de janeiro, a SEDURB promoveu oficinas de capacitação em todas as regiões do Município a fim de proporcionar à população a oportunidade de discutir e colaborar com as propostas apresentadas no Plano. Ressaltou, também, que o Plano de Mobilidade Urbana é necessário para que a Cidade esteja apta a receber recursos federais destinados à elaboração de obras vinculadas à mobilidade. Em seguida, adentrou-se na abordagem do quinto item da pauta e, nesse contexto, o Presidente do CMDU, Sr. Júlio Eduardo, concedeu a palavra ao Sr. Glaucus Renzo Farinello, que apresentou à plenária o Programa Nova Ponta da Praia. Na ocasião o Sr. Júlio Eduardo ressaltou que o Sr. Glaucus foi designado pelo Prefeito de Santos para exercer a função de Gestor da Unidade de Gerenciamento do referido Programa, conforme portaria publicada na edição de vinte e dois de janeiro de dois mil e dezenove do Diário Oficial de Santos. Aberto o espaço para manifestações da plenária, pediram a palavra o Srº Rogério Conde, ACS; Monica Viana, UNISANTOS, Thais Polydoro, Instituto ELOS; Jean Pierre Creté, SASP; e Martinho Leonardo, Associação dos Moradores do Bairro Aparecida. O Sr. Rogério Conde, representante da ACS, mencionou a questão das vagas de estacionamento cobertas no Programa Nova Ponta da Praia. Segundo o mencionado conselheiro, na apresentação não ficou muito claro se as vagas de estacionamentos cobertas seriam subterrâneas ou em outros pavimentos do edifício. Em seguida, a Sra. Monica Viana, representante da Unisantos, teceu algumas considerações e expôs algumas dúvidas, dentre elas, por exemplo, questionou o porquê do projeto referente à nova Ponta da Praia ser, no momento, apenas uma apresentação, sem aprovação do CMDU agora, e sem maiores discussões com a comunidade. Também perguntou como será a interação do Programa Nova Ponta da Praia com o Plano de Mobilidade Urbana. Além disso, a Sra. Monica expôs sua dúvida quanto à consolidação do referido Programa com as questões relacionadas às mudanças climáticas, lembrando que já existe no Município um grupo técnico sobre esse assunto, que poderia estar inserido nessa discussão. Por fim, a conselheira questionou o porquê de se construir mais um centro de convenções, sendo que já existe empreendimento dessa envergadura na cidade e por qual motivo o Terminal de Pesca e a Fábrica de Gelo, que são fundamentais para o desenvolvimento econômico da região, estão fora do projeto. Em resposta ao questionamento sobre o Centro de Convenções, o Sr. Glaucus ressaltou que, pelas regras do NIDE – Núcleo de Intervenções e Diretrizes Estratégicas – vigentes anteriormente à Lei Complementar 1006/2018, não seria possível um outro uso para os grandes terrenos onde ficam o Extra e o Centro de Convenções, como por exemplo o que foi feito no Pão de Açúcar da praia, onde construíram um edifício residencial em cima de um supermercado. O Sr. Glaucus esclareceu, também, que o novo Centro de Convenções será construído em terreno público e passará a ser público. Quanto à interação do Programa Nova Ponta da Praia com o Plano de Mobilidade Urbana, o sr. Glaucus informou que foi discutido, junto com a equipe técnica da CET, o futuro traçado do VLT e como seria a

integração com o denominado Plan Mob. Esclareceu, também, que o projeto foi disponibilizado no site, porém está sujeito a ajustes, inclusive por meio de reuniões com os moradores da área. Já em relação à questão do impacto das mudanças climáticas em face do Programa Nova Ponta da Praia, o Sr. Glaucus ponderou que existe um convênio com a UNICAMP para um monitoramento, e as ações executadas já demonstram efeito positivo, paralelamente aos trabalhos referentes ao projeto da Ponta da Praia. No tocante ao Terminal de Pesca, o Presidente do CMDU, Sr. Júlio Eduardo, informou que houve tentativa de reativá-lo em outras épocas, porém, segundo ele, nunca houve manifestação de interesse por parte do governo federal nessa reativação, porque, segundo o Sr. Júlio, os grandes empresários da pesca, em sua maioria, se deslocaram para o sul do país. Esclareceu, inclusive, que o governo federal não tem mais interesse nem mesmo em investir na Fábrica de Gelo, por conta do atual interesse federal no investimento na região sul. Todavia, o Sr. Júlio Eduardo informou que há interesse da Prefeitura de Santos em criar outro projeto para a Fábrica de Gelo, mas para isso aguardam-se, por parte do Governo Federal, novas especificações de uma nova caixa d'água e de uma nova Fábrica de Gelo. Na sequência, pediu a palavra a conselheira Thais Polydoro, representante do Instituto ELOS. Ela questionou o porquê do volume total de recursos não ter sido mencionado na apresentação. A conselheira também mencionou a situação dos moradores da Vila Sapo, que fica na Ponta da Praia, ao questionar a ausência de projeto social na apresentação. Em relação à questão da Vila Sapo, o Sr. Júlio Eduardo informou que estão sendo agilizados os recursos financeiros necessários para a construção de cerca de cem unidades para as quarenta e três famílias que moram naquela região. Na continuação, o Presidente do CMDU concedeu a palavra ao conselheiro Jean Pierre Creté, que fez alguns questionamentos. Em um primeiro momento, ele perguntou por que vão demolir a construção do Mercado de Peixes para fazer outro, se o atual é um símbolo da Cidade e marco arquitetônico projetado pelo Arquiteto Quintas. O conselheiro também questionou se há compatibilidade de uso do edifício que existe no Mercado de Peixes com a futura estação do VLT na Ponta da Praia, de acordo com informações veiculadas na imprensa e de acordo com a própria apresentação do projeto. Também quis saber quando serão apresentados os estudos que deram origem aos termos de compromisso, pois são três NIDES e, conforme a LC 1006/2018, no art. 114, as intervenções em NIDES devem ter parecer do CMDU, uma vez que os conselheiros não tiveram acesso a esses estudos e nem aos termos de compromisso e sim apenas aos extratos desses termos no Diário Oficial. Quis saber, inclusive, se os termos podem ser disponibilizados para os conselheiros. Por fim, o Sr. Creté perguntou quando a Prefeitura de Santos irá realizar audiências públicas e assim coletar as contribuições da população que será afetada pelo projeto, considerando que os empreendimentos em NIDES estão sujeitos à apresentação de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV e, o processo de apresentação de EIV, segundo o conselheiro, pressupõe a realização de audiências públicas. Em resposta aos questionamentos do Sr. Jean Pierre referentes aos estudos que deram origem aos termos de

compromisso, a Chefe do DEDURB, Sra. Eliana Mattar, respondeu que o Relatório da Comissão Especial de Análise em Empreendimento em área de NIDES será elaborado e encaminhado aos conselheiros. Em seguida, passou-se ao sexto item da pauta, ocasião em que a Sra. Eliana Mattar reiterou que o mencionado Relatório ainda não está pronto, porém será encaminhado aos conselheiros em tempo oportuno. Na continuação da reunião, abordou-se, então, o sétimo item da pauta, sobre a eleição de membro do Conselho Gestor do FUNDURB. Retomando a palavra, o Presidente do CMDU e também do Conselho Gestor do FUNDURB, Sr. Júlio Eduardo, propôs o nome do Sr. Ricardo Serra, da Secretaria Municipal de Assuntos Portuários, Indústria e Comércio – SAPIC e, não havendo oposição por nenhum dos conselheiros presentes, foi eleito, assim, o novo representante do referido Conselho Gestor. Ato contínuo, passou-se ao oitavo item da pauta, cujo assunto é a aprovação do Relatório Anual do FUNDURB referente ao ano de dois mil e dezoito. Na ocasião, o Presidente, Sr. Júlio Eduardo, concedeu a palavra à convidada Sra. Greicilene Pedro, servidora da SEDURB. Iniciando sua manifestação, a Sra. Greicilene ressaltou que o referido Relatório foi recebido previamente pelos conselheiros, por e-mail, e em seguida prestou alguns esclarecimentos. Logo após sua explanação, o Relatório Anual do Fundurb referente ao ano de dois mil e dezoito foi aprovado pela plenária. Devido ao avançado da hora, não chegou a se iniciar, de fato, o nono e último item da pauta, Assuntos Gerais. Porém, pediu a palavra mais uma vez a conselheira Thais Polydoro. Ela informou que não concorda com todos os termos da ata da reunião anterior, porque estariam, segundo a opinião dela, faltando partes de sua manifestação naquela ocasião. Também disse que tem algumas propostas a serem inseridas em ata. A primeira delas consiste em uma alternativa ao bonde funicular do Monte Serrat. Ela também sugeriu que no Plano de Mobilidade Urbana esteja previsto a opção de esteira para cargas pesadas, além de faltar canaletas em todas as escadas dos Morros para bicicletas preferencialmente mecanizadas. Outras propostas incluem escadas rolantes, nos trechos dos morros; esteira mecanizada para bicicletas no Morro Nova Cintra; urgência no atendimento de van mais transportes; ponto de táxi no morro ou sistema alternativo com carro menor; drenagem nas escadarias – com prioridade; diretriz viária no Morro Nova Cintra entre a Avenida Prefeito Antônio Manuel de Carvalho e Torquato Dias, reduzindo permeabilidade, pedestre, transporte coletivo; bolsões de estacionamento; necessidade de levantamento de situação/demanda com prazo de até seis meses no Grupo Técnico de Trabalho – GTT. No bairro José Menino, a conselheira propôs melhoria no acesso a faixa de pedestres, calçadas, escolas, resolução da questão do estacionamento irregular; ponte para a Vila Bahiana, resolução da questão dos abrigos de ônibus sem cobertura; revisão da mão de direção de algumas vias, além da melhoria no asfalto da Rua Principal. Na Vila Progresso, ainda está por resolver, segundo a conselheira, o estacionamento irregular e a pavimentação da Rua Oito, além dos problemas de declividade na Rua Um, no Morro Santa Maria, onde as pessoas escorregam e nenhuma carro sobe. A conselheira Thais, encerrando sua colaboração, reiterou a necessidade dos bolsões de estacionamento serem

incluídos no Plano de Mobilidade Urbana. Em relação aos questionamentos da Sra. Thais, o Secretário Júlio parabenizou a conselheira pelas propostas apresentadas e concedeu a palavra à Arq. Marina, que também agradeceu a Sra. Thais, no caso pelas contribuições na oficina e o Plano, de fato, estava deficiente quanto às questões do acesso aos Morros, pois carece de um diagnóstico mais preciso em relação aos acessos das escadarias dos morros e das áreas de maior declividade, inclusive em relação aos custos. Também esclareceu que são geradas pró-memórias das oficinas que servem de orientação para interpretação técnica da demanda e sua inclusão nos termos da lei. Posteriormente, segundo a Arq. Marina, tanto a minuta compilada quanto as respostas das demandas da população devem ser inseridas em um documento devolutivo. Por fim, pediu a palavra o conselheiro Sr. Martinho Leonardo, que inicialmente parabenizou toda a equipe técnica da SEDURB pela apresentação do Programa Nova Ponta da Praia, dizendo que é um orgulho participar do Conselho e também do FUNDURB. Propôs que se determinasse tempo para cada conselheiro que quisesse se manifestar e também sugeriu que fossem convidados os comerciantes da região do Centro para mais discussões sobre a nova legislação do Alegra Centro. Destacou que tem grande preocupação com um terreno baldio onde funcionava o SENAI. Por fim, ressaltou que a área continental de Santos está abandonada, sem esgoto tratado, e que só há um bem público funcionando, que é a policlínica. Disse também que respeita a manifestação da conselheira Thais e que todos os projetos de desenvolvimento para o Município de Santos continuem sendo apresentados no CMDU. Manifestou-se, por último, a Coordenadora de Regularização Fundiária da SEDURB, Sra. Carla Pupin, informando que naquela data haveria uma reunião da equipe técnica de regularização fundiária com o Ministério Público e um dos assuntos é justamente o esgotamento sanitário de Caruara. Diante do exposto, e como nada mais havia a ser tratado, o Presidente do CMDU, Sr. Júlio Eduardo, agradeceu a presença de todos, e às doze horas e vinte minutos deu os trabalhos por encerrados. Eu, Edemir Brito Ferreira \_\_\_\_\_ lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será ao final subscrita pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Júlio Eduardo dos Santos \_\_\_\_\_ Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.